

UMA PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA E SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Nilzo Ivo Ladwig¹

Regina Davison Dias²

Diuris Fogaça de Araujo³

Resumo: Da articulação estreita da atividade de turismo com o território, somada a carência da utilização de novas ferramentas no planejamento turístico, nasceu a proposta teórica e metodológica deste estudo. Que compreende a utilização do cadastro técnico multifinalitário e de suas ações integradas no sentido de subsidiar o planejamento, a gestão participativa e sustentável do turismo. Neste sentido elegeu-se como área de estudo experimental as bacias hidrográficas do rio Ratonés e Saco Grande, inseridas na Ilha de Santa Catarina.

Palavras chaves: Cadastro técnico; Planejamento turístico; Gestão participativa

1. Introdução

O artigo é parte de um estudo que está sendo realizado no norte da Ilha de Santa Catarina. Que tem como objetivo relevante, dentre outros debater o desenvolvimento do turismo com vista à gestão participativa e sustentável.

Neste sentido é necessário destacar o papel dos atores do governo, iniciativa privada e comunidade, como sendo fundamental na sistematização das informações do pólo turístico, na definição de metas e normas que permitam ações de gestão "*in loco*" de forma efetiva e não figurativa.

Para programar ações de gestão o turismo deve ser entendido como uma forma sustentável e responsável de utilização do meio ambiente, como produto a ser oferecido, mas,

¹ Mestre -Professor do Curso de Turismo - UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), e-mail: nilzo@cfh.ufsc.br.

² Doutora - Professora do Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), e-mail: reginadavison@unisul.br.

³ Geógrafa -Aluna do Programa de Pós Graduação em Agroecossistema – UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

sobretudo que sua gestão somente será verdadeiramente participativa e sustentável se os atores envolvidos no *trade* turístico marcharem numa mesma mão buscando um formato que represente retorno econômico que beneficie a todos os segmentos envolvidos.

Por outro lado o turismo em seu movimento de realização, tanto na sua dimensão social quanto espacial gera um processo de territorialização de elementos constituintes do espaço geográfico. Quando da análise da dimensão social detecta-se que somente é possível entender o turismo tendo como referência o território, por ser ele o lugar de vida, de trabalho, de circulação e por conter a lógica do ócio, característica marcante do turismo.

Já a dimensão espacial no turismo relaciona-se na análise da localização dos destinos turísticos e de seus recursos naturais e histórico-culturais, na infra-estrutura e implantação dos equipamentos turísticos e recreativos, na mobilidade do fluxo turístico e nas implicações do modelo de gestão territorial e seus impactos.

Desta articulação estreita da atividade de turismo com o território somada a carência da utilização de novas ferramentas no planejamento turístico, nasceu à proposta teórica e metodológica deste estudo. Que compreende a utilização do cadastro técnico multifinalitário e de suas ações integradas no sentido de subsidiar o planejamento, a gestão participativa e sustentável do turismo.

1.1. Localização da área de estudo

A área de estudo está inserida na Ilha de Santa Catarina, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Abrange a bacia hidrográfica do Saco Grande e bacia hidrográfica do Rio Ratoles que abrigam além de importantes áreas residenciais e comerciais, unidades de conservação da natureza, áreas de preservação permanente (APP's) e limitada (APL's), praias, promontórios, sítios arqueológicos e sambaquis, etc.. O patrimônio natural e histórico-cultural nesta área desperta interesse de todos quando se fala em planejamento e desenvolvimento do turismo, ações neste sentido têm sido tomadas pelo poder público e profissional da área.

2. Material e método

Como o objetivo deste estudo refere-se ao desenvolvimento do turismo com vista à gestão participativa e sustentável foi necessário à elaboração e a conseqüente utilização do cadastro técnico multifinalitário como instrumento na criação de ações de planejamento, gestão participativa e sustentável do turismo. Foi necessário inserir o estudo no marco teórico-

conceitual da Agenda 21, que tem como orientação fundamental, mostrar que a pesquisa em ciência e tecnologia deve vincular-se a uma modernidade ética e técnica. Dentro do que sugere o documento da Agenda 21 da ciência e tecnologia, como instrumento da modernidade, este estudo deve favorecer: um processo de conscientização informada através do uso do cadastro técnico multifinalitário, que gera as representações espaciais.

2.1. O método

Primeira etapa: estabelecimento de princípios e compromissos ambientais que corresponde no nível estratégico o termo sustentabilidade, que representa um conjunto de atitudes e comportamentos. Na busca de demonstrar às pessoas em geral (sociedade e Estado), os limites e os desejos da organização da atividade de turismo com relação ao meio ambiente. Os limites: são as transformações ambientais e suas conseqüências decorrentes da exploração turística dos recursos do patrimônio natural e histórico cultural. Os desejos: são as perspectivas de conservação e preservação ambiental dos recursos do patrimônio citado anteriormente, isto aponta para a necessidade de um relacionamento harmonioso entre o turismo e o meio ambiente.

Segunda etapa: o cadastro técnico multifinalitário que compreendeu levantar a potencialidade e a vulnerabilidade da área de estudo tem por objetivo identificar os impactos positivos e negativos decorrentes não somente da atividade turística, dessa maneira, torna-se o elemento do processo da abordagem ecológica, que envolve visitas, entrevistas, questionários e análises de conformidade legal e espacial com relação a processos e atividades inadequados em termos de sustentabilidade ambiental.

Terceira etapa: estabelecimento de mecanismos com vistas à gestão participativa e sustentável do turismo que tem por objetivo definir e garantir a partir do cadastro medidas de reabilitação espacial que impeçam a continuidade de ações de degradação, dos patrimônios natural e histórico-cultural. Devem ser formuladas diretrizes relativas à implantação e manutenção da sustentabilidade ambiental dos espaços a serem ordenados. Serão classificadas segundo sua ênfase, em diretrizes de cunhos físico, biológico e antrópico.

3. Resultados

Mostraram que para empreender ações de planejamento é necessário conhecer a realidade espacial do território em questão, independente da escala espacial de interesse que pode ser um país, região, estado, bacia hidrográfica, município, etc..

Neste estudo o cadastro técnico multifinalitário constituiu-se no instrumento mais ágil e completo para a parametrização dos modelos explorados de planejamento e gerenciamento do espaço geográfico. De modo que um dado ou uma informação sobre um espaço geográfico de interesse, contém pouco significado se não for posicionado e correlacionado espacialmente.

Neste ponto é que se revelou à importância dos dados cadastrais na elaboração da cartografia de base e temática, porque o mapeamento dos elementos que compõem a organização do espaço geográfico envolveu informações de geomorfologia, geotecnia, hidrografia, rede viária, uso do solo, propriedade, áreas de preservação ambiental, inventário dos atrativos do patrimônio natural e histórico-cultural.

O cruzamento e análise destas informações espaciais possibilitaram elaborar diagnóstico e estratégias futuras de planejamento. O desenvolvimento do turismo como processo produtivo beneficiou-se desta ferramenta, de tal maneira que foi possível traçar metas conforme segue.

4. Considerações

4.1. Metas com vista à gestão participativa e sustentável do turismo

A idealização das metas do sistema de gestão participativa e sustentável do turismo foi possível graças ao cadastro realizado na área de estudo que compreendeu:

- Base cartográfica que envolve rede hidrográfica, rede viária, altimetria e propriedades geotécnicas do solo;
- Levantamento do uso do solo, expansão e implicações;
- Inventário dos recursos dos patrimônios natural e histórico-cultural ocorrentes;
- Abordagem ecológica com enfoque na qualidade destes recursos e sua relevância no contexto da estabilidade ambiental dos ecossistemas de que participam;
- Resultados sócio-econômicos esperados, sobretudo enfocando população beneficiada e fatores de melhoria da qualidade de vida.

Através destas informações tornou-se possível avaliar os processos de ocupação e uso do solo, de seus resultados e efeitos ambientais, das relações entre degradação e benefício ambiental, e dos riscos associados a cada ocupação.

Para melhor descrever as metas dividiu-se a discussão em três etapas conforme segue:

1ª etapa

De acordo com a metodologia proposta no estudo o compromisso assumido correspondeu idealizar e atingir o princípio da sustentabilidade turística, para tanto o processo da abordagem ecológica foi colocado como primordial em alguns momentos da realização do cadastro, por acreditar-se que a qualidade e a diversidade em termos ecológicos, implicam saúde. Em um cenário urbano, diversidade tem sentido biológico, social e também de lazer, visto que as exigências de uma sociedade infinitamente diversa implicam criar opções de escolha.

Como a área de interesse é uma extensão territorial ocupada, a proposta considerou a reabilitação da sustentabilidade ambiental. Daí a importância do cadastro, apresentando a ocupação e uso do solo existentes, assim como localizando e analisando as adversidades (potencialidades e deficiências) ambientais, sociais e culturais do território que motivam a proposta.

E por fim todas as ameaças e oportunidades, previstas e ocorrentes foram discriminadas e analisadas segundo seus efeitos sobre a sustentabilidade turística do território.

Trabalhando dentro desta filosofia foi possível criar na área de estudo categorias ou classes de ocupação e de uso do solo, considerando todas as variáveis ambientais, sociais e culturais específicas (localizadas), tanto aquelas que impõem restrições, quanto as que oferecem indicações positivas para ocupação e o uso. Além de identificar as vocações do espaço territorial a ser ordenado. Essas vocações exprimem a natureza e a intensidade (i) da correta ocupação do território sem que seja ameaçada a integridade dos ecossistemas, (ii) das prováveis ocupações e usos futuros, em função das tendências do seu cenário atual, admitindo-o como uma expressão espontânea e legítima das relações antrópicas até então realizadas nos seus espaços físico e biológico.

A manipulação de todas estas variáveis algumas com expressão geográfica outras não, foi um desafio. Se executado manualmente, os resultados serão obrigatoriamente mais pobres e menos precisos, atualmente é possível contar com a ajuda dos SIG's (Sistemas de

Informação Geográfica) que realizam análises qualitativas e inferências quantitativas em ambiente informatizado acerca das realidades, processos e tendências mais visíveis.

A primeira consideração é a necessidade de um plano diretor com a proposta de um novo ordenamento territorial para o turismo, que deve contemplar e exigir (i) licenciamento ambiental para novos empreendimentos e ocupações previstas, assim como consulta de opinião prévia a comunidade autóctone; (ii) inspeções e auditorias ambientais a serem realizadas periodicamente em unidades já existentes por um conselho consultivo com representação de atores da comunidade; (iii) a implantação de sistemas de gestão ambiental em unidades já existentes, indicando motivação, finalidades e benefícios. E por último não se deve esquecer de criar a legislação pertinente para regulamentar todas as ações exigidas pelo plano.

2ª etapa

Trata especificamente da planificação com vistas a sustentabilidade turística que tem por finalidade desenvolver e colocar disponíveis alguns mecanismos necessários para a gestão e a garantia da qualidade do turismo. Procurou se em linhas gerais apresentar três níveis de ação, conforme segue:

1. Plano estratégico: onde devem ser definidos os contornos globais e as orientações gerais para as ações e alvos que constituem o grande projeto turístico sustentável, resume-se em (i) apresentar, conceituar e seguir os princípios e compromissos ecológicos assumidos para o desenvolvimento sustentável do turismo; (ii) estar de acordo com a as políticas consolidadas e legislação pertinente; (iii) apresentar análise das variáveis ambientais, sociais e culturais críticas identificadas na área de estudo; (iv) definir segmentos de desenvolvimento do turismo; (v) definir os agentes atores da comunidade autóctone que irão participar do processo de sustentabilidade.
2. Plano tático: onde são determinados os alvos por segmento turístico e o padrão de desempenho buscado para cada segmento. Deve (i) discriminar e caracterizar as atividades turísticas ocorrentes e previstas; (ii) priorizar a redução das escalas do impacto em cada cenário do meio ambiente; (iii) estar de acordo com a legislação de interesse e os padrões ambientais vigentes; (iv) conter os programas por segmento turístico considerado.
3. Plano operacional: onde devem ser programados as metas e os projetos turísticos necessários. Deve conter (i) as metas de desenvolvimento do projeto turístico estabelecido; (ii) o projeto turístico classificado por segmento e natureza; (iii) as ações imediatas requeridas; e (iv) e as recomendações institucionais discutidas e formuladas.

3ª etapa

Trata do sistema de gestão participativa no turismo que deve garantir a manutenção e a reabilitação da sustentabilidade ambiental do território. Deve possuir os instrumentos e ferramentas necessárias, para cobrir toda a gama de variáveis de acompanhamento e controle demandadas na gestão do turismo. Caso contrário não será gestão, e sim monitoramento das transformações territoriais que se constitui num mero acompanhamento do desenvolvimento da atividade turística.

Para realizar um sistema de gestão participativa total no turismo, é indispensável acompanhar e atuar sobre todos os elementos envolvidos na transformação do espaço e realizar a gestão de cada um deles. Esses elementos englobam todos os fatores do turismo sustentável os quais se manifestam segundo BENI (2001), através: (i) do meio ambiente que abrange os diferenciais turísticos naturais pertencentes ao ecossistema que apresentam em sua segmentação físico-territorial significativo poder de atração; (ii) do social que compreende a interatividade dos membros da comunidade, por seus grupos e associações, em seus relacionamentos internos e com grupos externos, incluindo os turistas, o que alarga suas perspectivas de integrar uma sociedade global; (iii) do econômico que compreende a inserção ecológica e social de empresas na vida da comunidade, integrando-a na dinâmica da competitividade regional e nacional mediante a afirmação do local como marca de produtos e serviços turísticos.

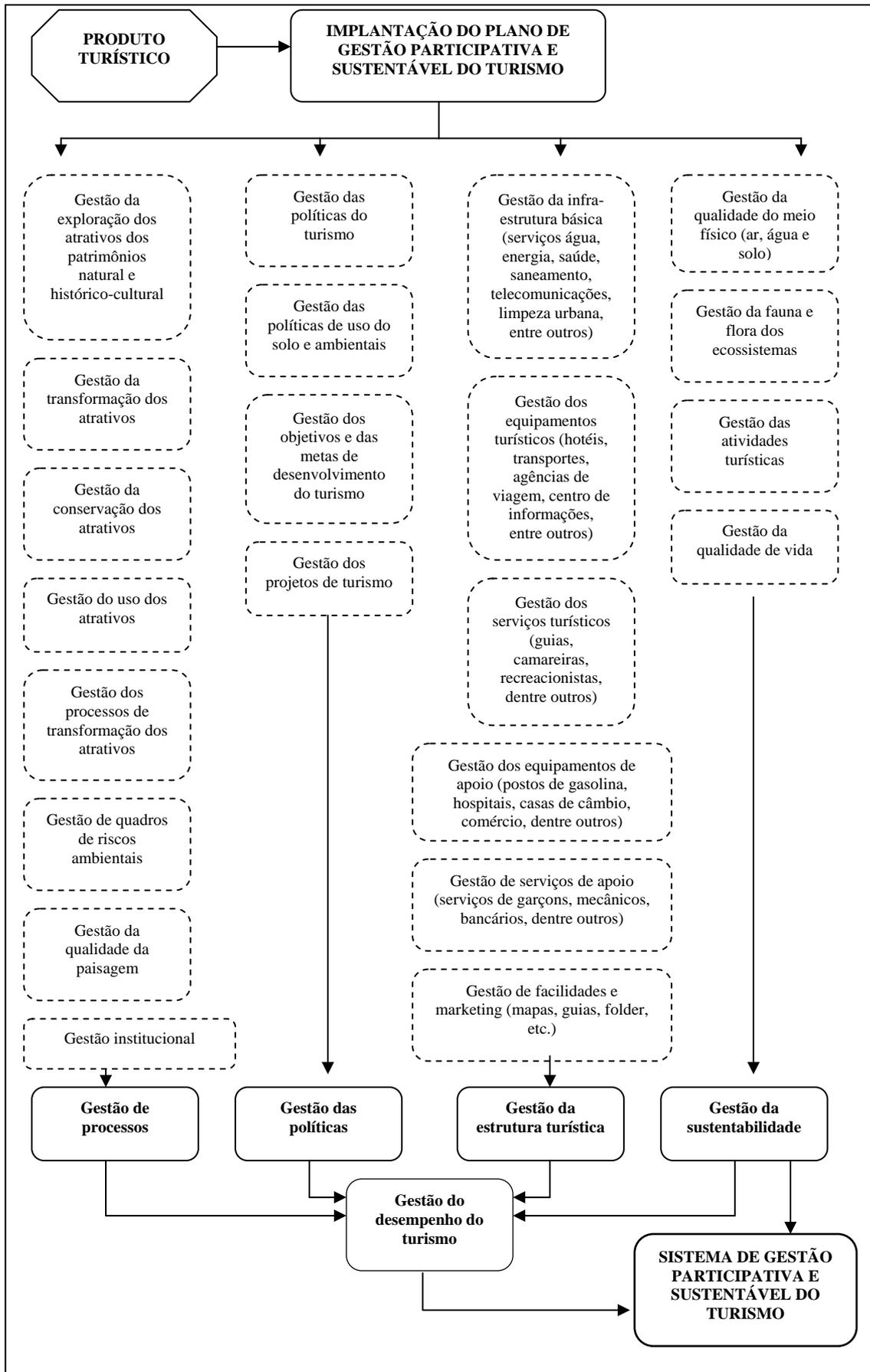
Há que se destacar que a aplicação do turismo sustentável deve principalmente:

- Assegurar a distribuição justa de custos e benefícios;
- Gerar empregos locais, tanto diretos no setor do turismo, como indiretos em vários setores de suporte e de gestão de recursos;
- Estimular nichos de negócios lucrativos, infra-estrutura de hospedagem e alimentação, sistemas integrados e intermodais de transporte, artesanato e serviços de guias locais;
- Diversificar a economia local;
- Criar facilidades de recreação e entretenimento que podem ser usadas pelas comunidades locais e não só por turistas;
- Auxiliar a cobrir gastos com restauração, preservação e conservação de sítios arqueológicos, construções e locais histórico-culturais;

- Fazer com que as decisões sejam tomadas entre todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais, de forma que o turismo e outros usuários de recursos possam coexistir.

A figura a seguir apresenta o fluxo metodológico relativo ao grande sistema de gestão participativa e sustentável do turismo que deve ser considerado na área de estudo onde:

Os sistemas de gestão participativa e sustentável



Fonte: Elaboração LADWIG, 2004

- Gestão de processos compreende (i) gestão da exploração dos atrativos dos patrimônios natural e histórico-cultural; (ii) gestão da transformação dos atrativos; (iii) gestão da conservação dos atrativos (definição da capacidade de carga); (iv) gestão do uso dos atrativos; (v) gestão dos processos de transformação dos atrativos; (vi) gestão de quadros de riscos ambientais; (vii) gestão da qualidade da paisagem; (viii) gestão institucional. A gestão de processos tem por finalidade tornar ótimo a transformação dos atrativos seja em suas atividades isoladas relativas a apropriação dos recursos dos patrimônios natural e histórico-cultural, seja em todo o contexto territorial da transformação. Deve atuar sobre os quadros de riscos ambientais, que estão estreitamente relacionados ao segmento empresarial e institucional responsável pela transformação.
- Gestão das políticas envolve (i) a gestão das políticas do turismo; (ii) gestão das políticas ambientais relacionadas ao desenvolvimento do turismo; (iii) gestão dos objetivos e das metas de desenvolvimento do turismo; (iv) gestão dos projetos de turismo. A gestão das políticas tem por finalidade principal cumprir a legislação pertinente a fim de evitar passivos ambientais, além de incentivar e criar novas políticas públicas para o turismo.
- Gestão da estrutura turística envolve (i) gestão da infra-estrutura básica; (ii) gestão dos equipamentos turísticos; (iii) gestão dos serviços turísticos; (iv) gestão dos equipamentos de apoio; (v) gestão de serviços de apoio; (vi) gestão de facilidades. A gestão da estrutura turística tem por finalidade principal aperfeiçoar os processos aferindo-os dentro dos padrões de turismo sustentável estabelecidos. Trata-se de um processo de avaliação e acompanhamento da transformação do espaço turístico.
- Gestão da sustentabilidade compreende (i) gestão da qualidade do meio físico; (ii) gestão da fauna e flora dos ecossistemas; (iii) gestão das atividades turísticas; (iv) gestão da qualidade de vida. A gestão da sustentabilidade consolida o processo e tem como finalidade avaliar as respostas econômicas do turismo, identificar em que níveis os ecossistemas estão sendo solicitados por força da transformação, e até que ponto as atividades turísticas empreendidas estão de acordo com qualidade de vida desejada.

Para dar conta destes processos de gestão é necessário criar conselhos consultivos composto por auditores com representação do pessoal do segmento profissional capacitado, empresarial e institucional, além de atores da comunidade.

5. Bibliografia

BENI, M. C.. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo/SP: Ed. SENAC São Paulo, 2001.